Historiografia.
Professor Bruno Câmara.

CAPÍTULO VI

A ESCOLA METÓDICA

A escola histórica, a que chamamos «metódica» ou, mais frequentemente, mais abusivamente, «positivista», aparece, manifesta-se, prolonga-se durante o período da Terceira República em França. Os seus princípios fundamentais estão expostos em dois textos-programas: o manifesto, escrito por G. Monod, para lançar *A Revista Histórica* em 1876: e o guia, redigido em intenção dos estudantes por Ch.-V. Langlois e Ch. Seignobos em 1898. A escola metódica quer impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica e visando a objectividade absoluta no domínio da história; pensa atingir os seus fins aplicando técnicas rigorosas respeitantes ao inventário das fontes, à crítica dos documentos, à organização das tarefas na profissão. Os historiadores «positivistas» participam na reforma do ensino superior e ocupam cátedras em novas universidades; dirigem grandes colecções — E. Lavisse: *História de França;* A. Rambaud, *História Geral;* L. Halphen e Ph. Sagnac: *Povos e Civilizações;* formulam os programas e elaboram as obras de história destinadas aos alunos dos colégios secundários e das escolas primárias. Ora, os manuais escolares, muito explicitamente, veneram o regime republicano, alimentam a propaganda nacionalista e aprovam a conquista colonial. Portanto, esta corrente de pensamento, funda simultaneamente uma disciplina científica e segrega um discurso ideológico. Perante este «monstro intelectual», é-se vítima de uma dúvida sobre a capacidade de todo o saber em ciências humanas em abstrair-se do meio social de que é oriundo. A escola metódica continua a dominar o ensino e a investigação em história nas universidades até aos anos 1940; e inscreve uma evolução mítica da colectividade francesa — sob a forma de uma galeria de heróis e de combates exemplares — na memória de gerações de estudantes até aos anos 1960.

1. «A Revista Histórica»

Em 1876, a fundação de *A Revista Histórica,* por G. Monod e G. Fagniez, marca a constituição de uma escola histórica desejosa de acolher todos os trabalhadores sérios no âmbito de um certo ecletismo ideológico. O prefácio, que abre o primeiro número, não esconde as ambições do que deve vir a ser «uma recolha periódica, destinada a favorecer a publicação das investigações originais sobre

as diversas partes da história e a fornecer informações exactas e completas sobre os estudos históricos nos países estrangeiros assim como em França». Na realidade, *A Revista Histórica* entende cobrir principalmente a história europeia desde a morte de Teodósio (395), até à queda de Napoleão I (1815), por um lado sob a forma de artigos de erudição e, por outro, com o auxílio de resumos de leituras. No comité de imprensa, onde figuram os colaboradores mais activos, coexistem duas gerações: a dos «antigos», que atingiram a maturidade sob o Segundo Império e são conhecidos pelas suas obras de filósofos e de historiadores, como Duruy, Renan, Taine, Boutaric, Fustel de Coulanges; a dos «jovens lobos», que vão dar tudo nos primeiros decénios da Terceira República, como Monod, Lavisse, Guiraud, Bémont, Rambaud. Dos cinquenta e três fundadores, trinta e um são professores — no Colégio de França, na Escola dos Altos Estudos, nas Faculdades de Letras —, dezanove são arquivistas e bibliotecários. O círculo é estreito. É evidente a vontade de criar uma revista destinada a profissionais integrados no meio das universidades, em contacto com os depósitos de arquivos.

A Revista Histórica ergue-se contra a mais velha de dez anos: *A Revista das Questões Históricas*. G. Monod não esconde a analogia mas também a oposição entre as duas publicações: «O êxito da *Revista das Questões Históricas,* os felizes resultados que produziu, o lucro que nós mesmos retirámos da sua leitura foram um encorajamento para nós a imitarmos. Mas, ao mesmo tempo, afasta-se muito sensivelmente do ideal que nos propusemos... Não foi fundada simplesmente tendo em vista a investigação desinteressada e científica, mas para a defesa de determinadas ideias políticas e religiosas» (Manifesto, 1876, p. 322). Com efeito, *A Revista das Questões Históricas* foi constituída por aristocratas — o marquês de Beaucourt, o conde Henri de l'Épinois, o conde Hyacinthe de Charency — e plebeus — Léon Gautier, Marius Sepet, etc. — que partilhavam um gosto pela erudição, um apego à fé católica e uma inclinação para a reacção política. Nesta revista, a maioria dos artigos abordam a monarquia e a Igreja de França, acentuando o regresso às tradições e ao respeito das hierarquias sociais. O director da publicação é, aliás, um conselheiro político do conde de Chambord. Sob todos os aspectos, *A Revista das Questões Históricas* traduz o pensamento da direita ultramontana e legitimista que triunfa na época da «ordem moral».

Em princípio, *A Revista Histórica* não se reclama de nenhuma religião, de nenhuma doutrina, de nenhum partido. Todavia, se se considerar de perto a equipa dos seus redactores, vê-se que se liga a um grupo bastante homogéneo nos planos social e político. Gabriel Monod, o chefe de fila da revista, descende de uma família de pastores de Genebra e não conta menos de catorze ministros desse culto entre os primos alemães. Inúmeros colaboradores da publicação são também eles protestantes, como Rodolphe Reuss, Xavier Mossmann, Pierre Vaucher, Charles Bayet, Arthur Giry, Camille Jullian, Georges Parrot, Paul Meyer, Alfred Leroux e outros. A seu lado, encontram-se alguns israelitas, por exemplo Gustave Bloch e james Darmesteter, e sobretudo livres pensadores, franco-mações, como Ernest Lavisse, P. Guiraud ou Ernest Havet. Os católicos são raros. O co-director, G. Fagniez, que pertence à religião dominante em França, tenta assegurar uma abertura, manter um pluralismo doutrinal; mas a partir de 1881 demite-se devido a ataques violentos de *A Revista Histórica* contra a Igreja católica e — traição! — passa para a Acção

Francesa e para *A Revista das Questões Históricas*. Ora, são intelectuais protestantes ou livres pensadores, formados na Escola Normal Superior e na Escola das Cartas, como a maioria dos membros de *A Revista Histórica*, que criaram a Escola Alsaciana e a Escola das Ciências Políticas, que povoaram a Escola Prática dos Altos Estudos, que ocuparam as direcções do ministério da Instrução Pública nos anos 1870. É o mesmo *lobby* protestante e franco-mação, que faz adoptar as leis Ferry que instituem o ensino primário laico, gratuito e obrigatório no início dos anos 1880.

G. Monod, no seu Manifesto de 1876, esboça um quadro da historiografia francesa... desde o século XVI. *A Revista Histórica* pretende ser o ponto final de uma tradição, que tem a sua origem na reflexão dos humanistas do Renascimento — J. J. Scaliger, J. Bodin —, prolonga-se pela busca erudita dos beneditinos de Saint-Maur — D. Mabillon, D. Montfaucon — continua com a abundante produção dos românticos — De Barante, A. Thierry, J. Michelet. Em meados do século XIX, a disciplina histórica assenta em sólidas instituições, como a Escola das Cartas, a Escola Prática dos Altos Estudos, a Sociedade da História da França, as inúmeras sociedades sábias. G. Monod mostra-se mais original quando reconhece a dívida dos historiadores franceses em relação aos historiadores alemães. «Foi a Alemanha que contribuiu com a mais forte parte para o trabalho histórico do nosso século... Publicação de textos, crítica das fontes, elucidação paciente de todas as partes da história examinadas uma a uma e sob todas as faces, nada foi desprezado. Que nos baste citar os nomes de Lassen, de Boeck, de Niebuhr, de Mommsen, de Savigny, de Eichhorn, de Ranke, de Waitz, de Pertz, de Gervinus; lembrar a colecção do «Corpus Inscriptionum», a dos «Monumenta Germaniae», a dos «Jahrbuchr des Deutchen Reichs», a dos «Chroniken der Deutschen Staedte»... «(Manifesto, pp. 315-316). Claro que o director de *A Revista Histórica*, que ensinou nas universidades de além-Reno, contenta-se em apreciar a aquisição da erudição alemã; mas, ao fazê-lo, prova uma certa coragem ao desafiar o chauvinismo francês alguns anos depois de Sedan.

G. Monod e os amigos acham modestamente que em França a história está nos seus inícios: «Apesar de todos os progressos realizados, estamos ainda num período de preparação, de elaboração dos materiais que servirão mais tarde para construir edifícios mais amplos» (Manifesto, p. 320). Todavia, os redactores de *A Revista Histórica* entendem proceder segundo um método científico: «Sem ser uma recolha de pura erudição, a nossa revista só admitirá trabalhos originais, e em primeira mão, que enriqueçam a ciência, quer pelas investigações que serão a sua base, quer pelos resultados que serão a sua conclusão, mas, ao mesmo tempo que se exigem dos nossos colaboradores processos de exposição estritamente científicos, em que cada afirmação é acompanhada de provas, de envios às fontes e de citações, ao mesmo tempo que exclui as generalidades vagas e os desenvolvimentos oratórios, conservaremos na *Revista Histórica* um carácter literário». (Prefácio, p. 295). E a disciplina deve ser inserida no ensino superior: «Todos aqueles que se entregam à investigação científica são solidários uns com os outros; trabalham para a mesma obra, executam partes diversas de um mesmo plano, tendem para o mesmo objectivo. É útil, é indispensável que se sintam unidos todos juntos e que os seus esforços sejam coordenados para serem mais fortes»

(Manifesto, p. 321). Em grandes traços, os princípios definidos no texto inaugural de G. Monod — a saber o trabalho sobre arquivos, a referência às fontes, a organização da profissão — encontram-se expostos, vinte e três anos mais tarde, no manual de Ch.-V. Langlois e Ch. Seignobos.

No período da sua maturidade, entre 1880 e 1900, G. Monod exerce um autêntico magistério moral sobre a «profissão histórica»: é o único director de *A Revista Histórica,* co-director de *A Revista Crítica,* professor no ENS, presidente da 4.ª secção da EPAE, responsável por diversas comissões universitárias e sociedades sábias. Em *A Revista Histórica,* o director encarrega-se pessoalmente do «boletim crítico» consagrado à bibliografia francesa; orienta insensivelmente as suas exposições para as questões contemporâneas, consegue dar lições de moral e de política. Ao nível das declarações de intenção, *A Revista Histórica* diz-se neutra e imparcial, votada «à ciência positiva», «fechada às teorias políticas e filosóficas». Quanto às acções concretas, *A Revista Histórica* defende a República oportunista; aprova a acção dos governos Waddington, Freycinet, Ferry, Gambetta; aplaude a aplicação das leis escolares; defende a instauração das liberdades públicas entre 1879 e 1884. Nas exéquias de Gambetta, G. Monod desfila precedido de uma bandeira com a inscrição: «A História é a ciência mestra!» Na mesma época, *A Revista Histórica* participa na reinterpretação da Revolução Francesa de 1789-1793, que passa a ser o mito fundador de uma Terceira República, garantindo a vida democrática e assegurando a defesa nas fronteiras. É então que o 14 de Julho é entronizado dia feriado nacional. Mais tarde, G. Monod condena a vaga boulangista, o acesso de febre militarista que ameaça as instituições republicanas entre 1885 e 1889. Nos anos 1890, o director de *A Revista Histórica* fala menos de política interna nas suas crónicas não porque tem um escrúpulo de neutralidade mas porque dá mais atenção à política estrangeira.

Da mesma maneira, *A Revista Histórica* que recusa oficialmente qualquer «credo dogmático», empenha-se firmemente no combate anticlerical. Apesar de os protestantes serem muito numerosos no comité de redacção, a história da religião reformada não ocupa um lugar importante na revista. Se se consultarem os primeiros quarenta números, num conjunto de oitenta e três estudos, nove artigos apenas abordam temas respeitantes ao protestantismo (como a heresia dos Patarianos em Florença — n.º 4 —, a biografia de Michel Servet — n.º 10 —, etc.). Em contrapartida, a história do cristianismo é amplamente abordada. Os autores parecem favoráveis à Igreja dos primeiros séculos, tolerantes com a Igreja da Idade Média; mas mostram-se agressivos em relação à Igreja católica, oriunda do concílio de Trento, praticando a Contra-Reforma. Um exemplo: Ch.-L. Livet critica furiosamente as reduções dos jesuítas no Paraguai «que só têm um objectivo, o aumento das riquezas da ordem; um meio, o abaixamento dos indígenas» (*RH,* t. 18, p. 325). Todavia, em *A Revista Histórica,* depois dos ataques violentos visando destruir a influência de uma Igreja católica que permaneceu conservadora e legitimista no final dos anos 1870, as análises tornaram-se mais matizadas no tempo da «ligação» da Igreja à República nos anos 1890. G. Monod chega a escrever: «Ninguém pode defender-se contemplando a Igreja católica com um sentimento de admiração e de veneração pela instituição mais considerável na sua influência, mais imponente pela sua duração que o mundo viu» (*RH,* 1895, n.º 1).

Finalmente, *A Revista Histórica* exibe uma preocupação ética, de ressonância nacional. G. Monod acha que uma solidariedade liga os homens do presente aos homens do passado: «O historiador sabe que a vida é uma perpétua mudança; mas que esta mudança é sempre uma transformação de elementos antigos, nunca uma criação nova com todas as peças. Dá às gerações presentes o vivo sentimento, a consciência profunda da feliz e necessária solidariedade que os une às gerações anteriores». (Manifesto, p. 323). Este género de simpatia intuitiva é tanto mais importante quanto o especialista se consagra à história nacional. «O estudo do passado da França é uma tarefa primordial... pela qual podemos dar ao nosso país a unidade e a força moral.» (Prefácio, 1876). Trata-se, depois da grave derrota de 1876, «de despertar na alma da nação a consciência de si mesma pelo conhecimento aprofundado da sua história». As revoluções são consideradas como boas ou más segundo os casos: é celebrado o levantamento de 1789, que permite a declaração dos Direitos do Homem e a abolição dos privilégios senhoriais; é enegrecida a insurreição de 1871, que conduz a lutas fratricidas sob os olhos dos inimigos. Na apreciação da evolução interior, *A Revista Histórica* marca a sua preferência por um «justo meio», afastado de todos os excessos. Na avaliação da situação externa, *A Revista Histórica* desliza, ao longo dos anos, de um feroz nacionalismo para um sensato pacifismo. Cerca de 1880, G. Monod denuncia: «o crime da invasão prussiana», chora sobre a anexação da Alsácia-Lorena e não está longe de apelar à vingança; cerca de 1890, começa a defender uma reconciliação franco-alemã, único meio de resolver os diferendos evitando as atrocidades de uma guerra.

2. **O discurso do método**

Um quarto de século depois da fundação de *A Revista Histórica,* os seus colaboradores investiram as cátedras de história nas universidades recentemente criadas ou reformadas. É então que dois deles, Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, definem as regras aplicáveis à disciplina numa *Introdução aos estudos históricos* — Hachette, primeira edição, 1898, 308 páginas. Charles-Victor Langlois é um medievista, que se interessou pelos fundos dos Arquivos Nacionais e do Public Record Office, redigiu obras sobre a Inquisição e sobre o ducado da Bretanha, participou na primeira série da *História da França,* dirigida por Ernest Lavisse, redigindo o tomo III : *S. Luís, Filipe o Belo e os últimos Capetos (1226-1328)* — 1901. Charles Seignobos é um modernista que é o autor de uma colecção de manuais destinados ao ensino secundário (da 6.ª classe à classe terminal), de uma *História da Europa no Século XIX* — 1897; que contribuiu igualmente para a segunda série de Ernest Lavisse, a *História da França Contemporânea,* ao escrever o tomo VII: *O Declínio do Império e o Estabelecimento da República (1859-1875),* e o tomo VIII: *A Evolução da Terceira República (1875-1914)* — 1921; que finalmente elaborou com P. Milioukov, L. Eisenmann e outros especialistas, uma *História da Rússia* (das origens à revolução bolchevique), três volumes,

1932. Ch.-V. Langlois e Ch. Seignobos, professores na Sorbonne, membros do Instituto, têm o mérito em relação aos colegas de se preocuparem com problemas epistemológicos. O seu «breviário» tem a vocação de formar gerações de historiadores. De facto, a obra exprime exactamente o ponto de vista da «escola metódica» que domina a produção francesa entre 1880-1930.

Ch.-V. Langlois e Ch. Seignobos dão a contribuição decisiva para a constituição de uma história científica; consideram com indiferença, por vezes com desprezo, a teologia da história, à maneira de Bossuet; a filosofia da história, segundo Hegel ou Compte; e a história-literatura, à moda de Michelet. «O processo mais natural de explicação consiste que uma causa transcendente, a Providência, dirige todos os factos da história em direcção a um objectivo conhecido de Deus. Esta explicação só pode ser o coroar metafísico de uma construção científica, porque o propósito da ciência é só estudar as causas determinantes. O historiador, tal como o químico ou o naturalista, não tem que investigar a causa primeira ou as causas finais. De facto, já não nos detemos a discutir, sob a sua forma teológica, a teoria da Providência em história. Mas a tendência para explicar os factos históricos por causas transcendentes persiste em teorias mais modernas em que a metafísica se dissimula sob formas científicas. Os historiadores do século XIX sofreram tão fortemente a acção da educação filosófica que a maior parte introduz, mesmo sem o saber, fórmulas metafísicas na construção da história» (p. 247). A escola metódica realiza uma autêntica «ruptura epistemológica» ao afastar o providencialismo cristão, o progressismo racionalista, até mesmo o finalismo marxista.

Segundo Ch.-V. Langlois e Ch. Seignobos, «a história não passa da aplicação de documentos» (p. 275). A fórmula supõe uma teoria do conhecimento — uma relação entre o sujeito (o historiador) e o objecto (o documento) — que não é explicitada. Na realidade, trata-se da «teoria do reflexo», tirada de Von Ranke (à qual se aludirá posteriormente). Para já, a escola metódica despreza o papel essencial das questões colocadas pelo historiador às suas fontes e louva o apagamento do mesmo historiador por detrás dos textos. O que é um documento para Ch.-V. Langlois e Ch. Seignobos? «Entre os pensamentos e os actos dos homens, há muito poucos que deixem vestígios visíveis e estes vestígios, quando se produzem, raramente são duráveis; basta um acidente para os apagar. Ora todo o pensamento e todo o acto não deixou vestígios, directos ou indirectos, ou cujos vestígios visíveis desapareceram, está perdido para a história» (p. 1). Só se pode aceitar esta evidência, de uma extrema banalidade. Todavia, os dois autores precisam que os «vestígios deixados pelos pensamentos e os actos de outrora» são documentos escritos, testemunhos voluntários — cartas, decretos, correspondências, manuscritos diversos; não pensam nos documentos não escritos — por exemplo, locais arqueológicos, que reflectem a vida económica, a estrutura social ou a organização militar — nem nos Testemunhos involuntários — por exemplo, manuais de confessores que exprimem mentalidades religiosas. A concepção muito estreita do documento limita a ambição da disciplina: «A quantidade dos documentos que existem, se não dos documentos conhecidos, está dada; o tempo, a despeito de todas as precauções que são tomadas actualmente, diminui-a sem cessar; nunca aumentará ... Os progressos da ciência histórica estão limitados por isso mesmo» (p. 275).

Portanto, «a história dispõe de um armazenamento de documentos limitado» (p. 275). Para Ch.-V. Langlois e Ch. Seignobos, a tarefa prioritária é elaborar o inventário dos materiais disponíveis. «Para procurar, recolher os documentos é uma das partes principais, logicamente a primeira do ofício de historiador. Na Alemanha, deram-lhe o nome de *heurística*.» (p. 2). Prosseguindo a iniciativa esboçada pelos eruditos do século XVIII e do início do século XIX, os adeptos da escola metódica do final do século XIX e do início do século XX empenham-se em «proteger os documentos contra os esquecimentos, as perdas, os incêndios, e outras destruições; e em conservá-los em depósitos, como o British Museum de Londres e as Bibliotecas Nacionais de Paris, Bruxelas, Florença ou Petersburgo» (p. 11). Os mesmos historiadores estão preocupados em classificar os fundos de arquivos: «A heurística seria fácil se ao menos bons inventários descritivos de todos os depósitos de documentos tivessem sido compostos... e se repertórios gerais (com tabelas alfabéticas, sistemáticas, etc.) tivessem sido feitos. Finalmente, se fosse possível consultar algures a colecção completa de todos estes inventários e do seu índice» (p. 11). Os votos de Ch.-V. Langlois e Ch. Seignobos estão parcialmente realizados, pelo menos no seu país. No momento em que escrevem, especialistas, muitas vezes saídos da Escola das Cartas, elaboram o catálogo dos Arquivos Nacionais, o catálogo da Biblioteca Nacional, os ficheiros dos Arquivos Departamentais. Ao mesmo tempo, a Sociedade da História de França chefia um enorme trabalho de publicação, transformando fontes manuscritas em obras impressas (um exemplo, entre cem: As cartas dos embaixadores milaneses em França sob Luís XI e Francisco Sforza, de 1461 a 1466, quatro volumes, editados em 1916).

Estando salvo o documento, registado, classificado, convém submetê-lo a uma série de operações analíticas. O primeiro tratamento é a *crítica externa* (de erudição). Escolhamos um caso, para fazer a demonstração: «A homenagem de Gaston Phébus ao Príncipe Negro pelo Marsan e o Gabardan» (citado por R. Boutruche, *Seigneurie et Féodalité*, t. I, 1959, pp. 337-338). Se se seguir o processo da escola metódica, deve em primeiro encontrar-se a fonte — na circunstância, a acta está conservada no Public Record Office, sob a cota E.36/189 f.ºs 14 V e 15; em seguida, examinar se se trata de um original, de uma cópia, de uma falsificação — a técnica da paleografia permite constatar a autenticidade do documento; finalmente, marcar pontos de referência, assinalar os parceiros — Gaston Phébus, conde de Foix, visconde de Béarn, por um lado; Eduardo, príncipe da Aquitânia, filho do rei de Inglaterra, por outro —, indicar a data — 12 de Janeiro de 1364 — e o lugar — a casa dos Irmãos Pregadores em Agen; «A análise do texto deve conduzir à confecção de uma ficha sobre uma folha destacada, móvel, com menção da proveniência... A mobilidade das fichas permite classificá-las à vontade numa multidão de combinações diversas» (p. 81). O sistema das fichas dá ao historiador o meio de trabalhar em profundidade, manipulando mais facilmente os seus materiais, e leva à prática das notas de rodapé, pelas quais cada leitor de uma obra de história, com a condição de ser ele mesmo erudito, pode voltar à fonte e verificar o fundamento das afirmações do colega.

O segundo tratamento é a *crítica interna* (ou hermenêutica). Trata-se de retomar a ficha, contendo as precisões fornecidas pela crítica de erudição, e comple-

tá-la resumindo os dados essenciais inscritos no documento. Segundo Ch.-V. Langlois e Ch. Seignobos, é preciso efectuar: «*1)* a análise de conteúdo da acta e a crítica positiva de interpretação para se certificar do que o autor quis dizer; *2)* a análise das condições em que a acta é produzida e a crítica negativa necessária para controlar as afirmações do autor», (pp. 118-119). A hermenêutica impõe frequentemente o recurso a um estudo linguístico, a fim de determinar o valor das palavras ou das frases. Assim, nas obras redigidas em latim, o significado dos termos pode variar segundo as épocas. A língua de Cícero não é a de Gregório de Tours, que não corresponde à de S. Bernardo. Mais vale evitar os contra-sensos. Por outro lado, a hermenêutica obriga a interrogar-se sobre as intenções das pessoas que produziram os documentos. Vejamos um outro caso, a título de ilustração. Durante o Verão de 1534, num discurso pronunciado em Toulouse, Étienne Dolet declara: «Peço-vos que creiam que não faço de modo algum parte desta seita ímpia e obstinada dos luteranos...» (citado por L. Febvre, *La Religion de Rabelais,* 1942, p. 51). Étienne Dolet é sincero? Pode supor-se que mente dado que, nessa época, arrisca-se à fogueira se for reconhecido culpado de heresia. Pode também pensar-se que disse a verdade e que professa simplesmente um evangelismo erasmiano. É este o género de questões que a crítica interna formula.

Quando as operações analíticas estão realizadas, a via está aberta para as *operações sintéticas*. Aconselha-se a proceder por etapas. A primeira fase consiste em comparar vários documentos para estabelecer um facto particular. Por exemplo, se se procura precisar determinado episódio da conjura de Catilina, pode confrontar-se o relato de Cícero e a versão de Salústio. «Vários factos que, considerados isoladamente, estão apenas imperfeitamente provados, podem confirmar-se uns aos outros de maneira a dar uma certeza de conjunto» (p. 175). A segunda fase conduz a reagrupar os actos isolados em quadros gerais. Reúnem-se os factos respeitantes às condições naturais — a geografia, o clima, etc,; as produções materiais — a agricultura, a indústria, o comércio, etc.; os grupos sociais — as famílias, os clãs, as profissões, as classes, etc.; as instituições políticas — o governo, a justiça, a administração, etc. A terceira fase visa manejar o raciocínio, quer por dedução, quer por analogia, para ligar os factos entre si e para encher as lacunas da documentação. Por exemplo, se se ignorar quase tudo dos actos dos Rugues, dos Bastarnes, dos Alanos, dos Suevos, imagina-se que se comportam, mais ou menos, como povos bárbaros melhor conhecidos, como os Ostrogodos, os Visigodos e os Francos. A quarta fase obriga a praticar uma escolha na massa dos acontecimentos. «Uma história onde nenhum facto seria sacrificado deveria conter todos os actos, todos os pensamentos, todas as aventuras de todos os homens em todas as épocas. Seria um conhecimento completo que ninguém conseguiria conhecer, não por falta de materiais, mas por falta de tempo» (pp. 227-228). A última fase leva o historiador a tentar algumas generalizações, a arriscar algumas interpretações, sem manter a ilusão «de penetrar no mistério das origens das sociedades» (p. 275). Tudo se passa como se, ao nível da síntese, a escola metódica tivesse medo de terminar.

No seu manual, Ch.-V. Langlois e Ch. Seignobos propõem, dada a complexidade das operações em história, instaurar uma divisão do trabalho respeitante ao conjunto da profissão. Em primeiro lugar, deve existir uma categoria de peritos, dominando perfeitamente as técnicas de erudição. São arquivistas e bibliotecários, «operários em catálogos descritivos e em índice... restauradores e editores de textos» (p. 96). Em seguida, é bom que «jovens investigadores», observando as regras do método (crítica de documentos, colocação em fichas, etc.), se consagrem exclusivamente a monografias, «tendo em vista elucidar um ponto especial, um conjunto limitado de factos» (p. 263). Assim, o historiador noviço, sob o controlo de um tutor experiente, começa a sua carreira por uma monografia — de uma aldeia, de uma iniciativa, de uma batalha, de uma personalidade, de uma obra de arte, etc. Finalmente, compete aos professores titulares do ensino superior «consagrarem todo o seu tempo a estudar estas monografias, a fim de as combinar de uma maneira científica em construções gerais» (p. 277). Os «mestres» entrincheiram-se eles mesmos na sua especialidade; quando querem realizar uma síntese, partilham entre si os capítulos de uma obra ou os volumes de uma colecção (por exemplo, a série da *História de França* dirigida por E. Lavisse): A partir do final do século XIX, a organização «racional» da investigação em história concorda com a instituição do «mandarinato» na Universidade.

3. **Lavisse e a história de França**

Ernest Lavisse, nascido em 1842, filho de um lojista, mercador de «novidades» em Nouvion-en-Thiérache, faz estudos secundários no colégio de Laaon, pensa em entrar em Saint-Cyr, depois decide-se pela Escola Normal Superior. O jovem lê apaixonadamente autores «republicanos» — V. Hugo, e J. Michelet — e frequenta homens políticos hostis ao Império — L. Gambetta, Ch. Floquet, C. Clemenceau, etc. À saída da rua d'Ulm, é nomeado professor no liceu Henrique IV. É então que Ernest Lavisse tem a oportunidade de ser notado por Victor Duruy, o ministro da Instrução Pública, que o torna chefe de gabinete (sem o título) e recomenda-o como preceptor do príncipe imperial. Em 1868, aos 26 anos, o brilhante «normalista» está já instalado nas alamedas do poder e sonha em aceder no futuro às mais altas responsabilidades. Dois anos depois, em 1870, a catástrofe de Sedan precipita a queda do Segundo Império... e, acessoriamente, arruina as ambições do eventual «conselheiro do príncipe». Paradoxalmente, a derrota da França incita Ernest Lavisse a ir para a Alemanha. Fica três anos nas universidades de além-Reno, tira lições lucrativas respeitantes ao ofício de historiador, e regressa com uma tese intitulada : «A marcha de Brandeburgo; ensaio sobre as origens da monarquia prussiana» (1875). Em seguida, continua a interessar-se pelo passado germânico ao publicar estudos sobre a *História da Prússia* (1879), *Três Imperadores da Alemanha* (1888), e *O Grande Frederico* (1891).

No último quarto do século XIX, no tempo em que os políticos «oportunistas» gerem as questões da República francesa, Ernest Lavisse sobe, com brilho, os

degraus de uma carreira universitária: é mestre de conferências em 1878, professor na Sorbonne em 1888, director da Escola Normal Superior em 1904. A sua fama ultrapassa amplamente as salas de aula: é eleito membro da Academia Francesa em 1893, torna-se redactor-chefe da *Revista de Paris* em 1894, é acolhido nos salões mais reputados e faz acorrer Paris inteiro às suas conferências. Assim o descreve Jules Isaac: «Por todo o lado impunha-se por uma certa majestade natural, olímpica, que o aparentava a um Mounet-Sully ou a um Victor Hugo... Conferencista, subjugava o auditório com uma maravilhosa dicção que dava vida e relevo às suas mínimas observações. Quantas vezes, ao sair da sala onde acabava de o ouvir, disse para comigo: o grande orador o grande actor que este homem teria dado!» A influência de Ernest Lavisse estende-se para além dos círculos da Universidade, ao ministério da Instrução e às casas editoras. «Perto dos 60 anos, reinava em tudo, presidia a tudo: rue des Écoles, na Sorbonne, nos Estudos Históricos...; bairros Saint-Germain e Saint-Michel, na Hachette e na Armand Collin, grandes potências da livraria, com publicações especializadas, até mesmo escolares...; rue de Grenelle, no Conselho Superior da Instrução Pública; sem contar não sei quantas comissões e cerimónias» (citado por J. Isaac, *Expériences de ma vie,* 1959, pp. 265-267).

Ernest Lavisse, que se deixa de bom grado cobrir de elogios, de títulos e condecorações, nem por isso perde o gosto pelas medidas concretas. Em 1986, é um dos redactores da lei Poincaré que reforma o ensino superior, regulamentando os cursos para estudantes, criando o diploma de Estudos Superiores, ordenando o curso da agregação e consolidando a rede das universidades provinciais. Depois de 1904, no seu cargo de director, modifica o funcionamento da Escola Normal Superior. Este notável intelectual conta-se, com os animadores de *A Revista Histórica,* entre os chefes de fila da escola metódica. Todavia, diferentemente de G. Monod e dos seus amigos liberais e republicanos, E. Lavisse mantém simpatias bonapartistas — mantém uma correspondência com o príncipe imperial. Não o vemos empenhar-se nas grandes batalhas pela República: por altura da crise boulangista, nem se mostra; no momento do caso Dreyfus, evita tomar posição. Na realidade, Ernest Lavisse é menos um republicano do que um nacionalista. Foi profundamente humilhado pela derrocada francesa de 1870-1871, a ponto de ir procurar no adversário alemão modelos para melhor o imitar, a fim de melhor o vencer. E continua próximo dos meios militares pelos seus laços familiares — o irmão é general. Quando o conselheiro no ministério da Instrução Pública sugere uma reforma do ensino superior, inspira os programas do ensino secundário, redige uma série de manuais destinada à escola primária, porque entende «forjar gerações de jovens patriotas». Quando o familiar dos salões bonapartistas dá a sua adesão às instituições republicanas, é porque acha que «fortificar a democracia é um meio de armar a França».

Dentro desta perspectiva, cerca de 1890, Ernest Lavisse concebe a necessidade de uma ampla reconstituição do passado nacional; recruta uma equipa de historiadores conhecidos, quase todos com cátedras nas universidades; abre o estaleiro de uma colecção monumental, em nove tomos (e dezassete volumes), que vão ser publicados durante os anos 1900. Eis a lista das obras que compõem a *História de França da época galo-romana à Revolução:*

t. I. P. Vidal de la Blache: *Quadro da Geografia da França,* 1903;

t. II. l. C. Bayet, C. Pfister, A. Kleinclausz: *O Cristianismo, os Bárbaros, os Merovíngios e os Carolíngios,* 1903; 2. A. Luchaire: *Os Primeiros Capetos (987-1137),* 1901;

t. III. l. A. Luchaire: *Luís VII, Filipe Augusto, Luís VIII, (1137-1226),* 1901; 2. Ch. V. Langlois: *São Luís, Filipe o Belo e os Últimos Capetos (1226-1328),* 1901;

t. IV. I. A. Coville: *Os Primeiros Valois e a Guerra dos Cem Anos (1328-1422),* 1902; 2. Ch. Petit-Dutaillis: *Carlos VII, Luís XI, Carlos VIII (1422-1492),* 1902:

t. V. l. H. Lemmonier: *Carlos VIII, Luís XII e Francisco I. As Guerras de Itália (1492-1547),* 1903; 2. A *luta contra a casa da Áustria. A França sob Francisco I e Henrique II (1519-1559),* 1904;

t. VI. l. J. Mariéjol: *A Reforma, a Liga e o Édito de Nantes (1559-1598),* 1904; 2. *Henrique IV e Luís XIII (1598-1643),* 1905;

t. VII. l. E. Lavisse: *Luís XIV, a Fronda, o Rei, Colbert (1643-1685),* 1905; 2. *Luís XIV, a Religião, as Letras e as Artes, a Guerra (1643-1685),* 1906 ;

t. VIII. l. A. de Saint-Léger, A. Rebelliau, Ph. Sagnac, E. Lavisse: *Luís XIV e o Fim do reinado (1685-1715),* 1908; 2. H. Carré: *A Regência e o Reinado de Luís XV (1715-1774),* 1909;

t. IX. l. H. Carré, Ph. Sagnac, E. Lavisse: *O Reinado de Luís XVI (1774-1789),* 1911; 2. *Tábuas analíticas,* 1911.

O plano geral da colecção faz aparecer determinados princípios muitas vezes implícitos que guiam os trabalhos dos historiadores da escola metódica. Primeiramente, o próprio título — a *História da França* — atesta que o estudo privilegia como objecto um Estado-nação que se supõe que existe desde o tempo de Clovis até à época de Luís XVI — *a fortiori* até aos governos de Gambetta, Ferry ou Clemenceau. Em segundo lugar, a periodização é articulada em função dos reinados — por exemplo, no tomo III. 1. Luís VII, Filipe Augusto, Luís VIII servem de marcos entre 1137 e 1226. Claro que este corte cronológico situa-se dentro da tradição dos velhos anais, mas deixa entender que cada soberano pesa de maneira decisiva no curso dos acontecimentos. Dentro da mesma ordem de ideias, os homens ilustres — Sully, Richelieu, Colbert e outros — parecem desempenhar papéis primordiais. Em terceiro lugar, acentuam-se os factos políticos, militares e diplomáticos — por exemplo, no tomo V, 1, as guerras de Itália (as batalhas de Marignan, Pavia, etc.) são descritas com um luxo de detalhes que encheria de satisfação um oficial do estado-maior. Em contrapartida, os factos económicos e culturais são por vezes tratados com menos atenção e sempre colocados em posição subordinada, encarados no âmbito de uma estratégia política — por exemplo, no tomo VII, 1, onde se faz alusão aos inícios do reinado de Luís XIV (1661-1685), é sob a rubrica «o governo económico» que são examinadas as finanças, a agricultura, a indústria e o comércio. Em definitivo, uma demonstração corre através do conjunto das obras; e Lavisse desvenda a sua tese em conclusão: a monarquia dos Capetos, apesar de se ter inclinado para o absolutismo, construiu

uma administração, suprimiu os particularismos, reuniu as províncias; afinal de contas, «reforçou a unidade francesa».

A obra está incompleta, dado que a formação do Estado-Nação não se interrompe no fim do Antigo Regime. É por isso que a iniciativa se prolonga por uma *História da França Contemporânea, da Revolução à Paz de 1919*. Desta vez Ernest Lavisse contenta-se em conceder o seu patrocínio e abandona a direcção efectiva do seu discípulo, Charles Seignobos. A nova série compreende nove volumes, que são publicados em menos de três anos, no imediato após guerra. Ernest Lavisse tem o prazer de ver as últimas obras terminadas antes de desaparecer, em 1922. A colecção apresenta a ordem seguinte:

t. I. Ph. Sagnac: *A Revolução (1789-1792),* 1920;
t. II. G. Pariset: *A Revolução (1792-1799),* 1920;
t. III. G. Pariset: *O Consulado e o Império (1799-1815),* 1921;
t. IV. S. Charlety: *A Restauração (1815-1830),* 1921;
t. V. S. Charlety: *A Monarquia de Julho (1830-1848);* 1921;
t. VI. Ch. Seignobos: *A Revolução de 1848 e os inícios do Segundo Império (1848-1859),* 1921;
t. VII. Ch. Seignobos: *O Declínio do Império e o estabelecimento da Terceira República (1859-1875),* 1921;
t. VIII. Ch. Seignobos: *A Evolução da Terceira República (1875-1914),* 1921;
t. IX. H. Bidou, A. Gauvain, Ch. Seignobos: *A Grande Guerra (1914--1918),* 1922.

Nesta *História da França contemporânea,* reencontram-se os axiomas que condicionam as reflexões dos historiadores da Belle Époque. A trama do tempo é dividida em grandes traços, segundo os regimes (a Restauração, a monarquia de Julho, a Segunda República, etc.); com traços mais finos, segundo os governos (Waldeck-Rousseau, Combes, Rouvier, Clemenceau, etc.). O relato encadeia os acontecimentos, respeitando uma causalidade linear e multiplicando as precisões (a relação da «Grande Guerra» não omite nenhum ataque, nenhum contra-ataque em todas as frentes, de Julho de 1914 a Novembro de 1918). E «a política permanece no posto de comando»: as combinações ministeriais, os debates parlamentares, as eleições legislativas ocupam infinitamente mais lugar do que as descobertas científicas, as actividades industriais ou os costumes camponeses.

4. **Os manuais escolares**

Em 1875, as leis constitucionais são adoptadas, e definem os processos de designação e as regras de funcionamento das duas câmaras e do governo. De 1877 a 1879, as eleições sucessivas levam maiorias de esquerda à Câmara dos deputados, depois ao Senado. Mac Mahon tem «de se submeter» em primeiro lugar,

e «demitir-se» em seguida. A República triunfa. A partir de então, durante cinco ou seis anos, os ministérios «oportunistas» concedem a amnistia aos adeptos da Comuna (1880), instauram as liberdades públicas — imprensa, reunião, etc. — (1881), legalizam os sindicatos (1884); e impõem a escola laica (Março de 1880), gratuita (Junho de 1881) e obrigatória (Março de 1882). Os dirigentes políticos «oportunistas» — L. Gambetta, J. Ferry, Ch. de Freycinet, W. Waddington, L. Say, etc. — são encorajados, aconselhados, guiados na sua obra escolar pelos responsáveis do ministério da Instrução Pública — P. Bert, F. Buisson, F. Pécaut, J. Steeg e outros — e pelos animadores da Liga do Ensino — J. Macé e os amigos. Contrariamente a uma ideia corrente, as leis Ferry não «escolarizaram» os Franceses. Mas as medidas tomadas permitiram construir uma rede de edifícios, abrangendo todas as comunas (aliás a cargo das municipalidades); e formar, nas escolas normais, um corpo homogéneo de professores e de professoras laicos; e extirpar o analfabetismo integrando um terço da população infantil, que escapava ainda à educação. Todavia, os republicanos «burgueses» mantiveram um fosso profundo entre a escola primária, destinada ao povo, e o colégio secundário, reservado à elite.

A história «metódica» participa na obra escolar da Terceira República. Com efeito, os inspiradores das leis Ferry — F. Buisson, P. Bert, J. Macé, etc. — e os colaboradores de *A Revista Histórica* — G. Monod, E. Lavisse, A. Rambaud, etc. — pertencem aos mesmos meios; frequentam todos os corredores do ministério da Instrução Pública, as escolas normais superiores, os templos protestantes ou as lojas maçónicas. Altos funcionários ou notáveis universitários, têm os mesmos objectivos: instruir as novas gerações no amor da República, a fim de consolidar a base social do regime; recalcar o obscurantismo clerical tirando à Igreja o controlo sobre os espíritos; preparar a vingança contra o inimigo hereditário, contra o Reich alemão. São estas ideias-força que, através das instruções ministeriais, orientam os programas e modelam os manuais de história, de geografia e de instrução cívica. O mais célebre é o *Petit Lavisse* que é publicado pela primeira vez em 1884 (em 240 páginas, com 100 gravuras). Para a circunstância, o professor na Sorbonne condensou ao extremo os elementos que vão figurar na sua ampla série universitária da *História de França.* O *Petit Lavisse* conheceu um êxito enorme: é impresso em várias centenas de milhares de exemplares, editado inúmeras vezes (a 75.ª edição é atingida a partir de 1895). O autor submete a obra a constantes arranjos até à versão definitiva de 1912 (em 272 páginas, com 142 gravuras). Os outros manuais não ameaçam de modo algum o quase monopólio de difusão do *Lavisse;* diferem dele pouco pela forma ou o conteúdo, como os «cursos de história» de Aulard e Debidour (1894), de Calvet (1899), de Brossolette (1904), de Gautier e Deschamps (1905), de Guiot e Mane (1906), de Rogie e Despiques (1908), etc.

Em livros destinados a crianças de 7 a 12 anos, o discurso ideológico é tanto mais evidente quanto, por necessidade, o traço é forçado, a língua é simplificada. A escola metódica expõe os seus princípios com toda a candura, sem nenhuma máscara. Além disso, o grupo republicano, que cria a escola laica, gratuita e obrigatória, afirma claramente que a história não é neutra; que deve servir um projecto político. Em 1884, F. Buisson, director do ensino primário, saúda a publicação

de *Petit Lavisse* nestes termos: «Ei-lo, o livro de história verdadeiramente nacional e verdadeiramente liberal que pedíamos para ser um instrumento de educação, até mesmo de educação moral». Em 1912, no prefácio à última edição do seu manual E. Lavisse mostra-se ainda mais explícito: «Se o aluno não levar consigo a viva recordação das nossas glórias nacionais, se não souber que os seus antepassados combateram em mil campos de batalha por nobres causas; se não aprendeu o que custou de sangue e de esforços para fazer a unidade da nossa pátria e retirar em seguida, do caos das nossas instituições envelhecidas, as leis que nos fizeram livres; se não se tornar um cidadão penetrado dos seus deveres e um soldado que ama o seu fusil, o professor terá perdido o seu tempo». A tarefa do mestre-escola está perfeitamente definida: durante o curso de história, deve formar republicanos conscientes e valentes soldados.

Se se percorrerem os manuais de história, publicados entre 1884 e 1914, vêem-se aí facilmente alguns postulados fundamentais. A primeira noção é a de uma «França eterna» dos «nossos antepassados os Gauleses» até aos cidadãos da Terceira República. Os habitantes deste belo país pertencem a uma colectividade que se torna progressivamente nacional. Nada os distingue verdadeiramente entre si: os particularismos regionais estão apagados; as desigualdades sociais estão interrompidas. Os «outros», indivíduos diferentes, são identificados com os estrangeiros, com os inimigos, com os agressores. A longa marcha em direcção à formação do Estado-Nação desenrola-se como uma sucessão de acontecimentos excepcionais onde se ilustram heróis virtuosos. O manual de história tem o aspecto de uma galeria de quadros: Vercingetorix em Alésia, Clóvis quebrando o vaso de Soissons, Carlos Magno perante os alunos, Filipe Augusto em Bouvines, S. Luís sob o carvalho de Vincennes, os burgueses de Calais, Joana d'Arc na fogueira, Francisco I em Marignan, Richelieu na sede de La Rochelle, Luís XIV em Versalhes, o marechal de Saxe em Fontenoy, a tomada da Bastilha, Bonaparte na ponte de Arcole, etc. Uma linha de divisão separa os «bons», que reforçaram a autoridade do Estado e reuniram as províncias — por exemplo, Du Guesclin, Luís XV ou Richelieu — e os «maus», que se lançaram em guerras ruinosas e deixaram perder províncias ou colónias — por exemplo, Carlos VIII e Luís XII, talvez Luís XIV, certamente Luís XV. É assim que se lê no *Petit Lavisse:* «Henrique IV e o seu amigo Sully empenharam-se em tornar os Franceses tão felizes quanto possível» (p. 104)...» «O mau rei Luís XV não deu qualquer atenção às queixas contra as injustiças. Dizia que isso não o ralava» (p.128).

A segunda opção consiste em fazer a apologia do regime republicano. A herança da Revolução está recuperada, com privilégio para o período 1789-1792, com hesitação para o período 1792-1794. A reconstituição privilegia os episódios moderados: põe-se à frente a reunião dos estados gerais, a declaração dos Direitos do Homem, a festa da Federação; desliza-se para os confrontos na Convenção, para as brutalidades do Terror, ou escondem-se por detrás dos feitos dos soldados do Ano II. De qualquer maneira, a Revolução de 1789 aparece como uma ruptura radical que faz emergir a soberania da Nação, instaura o respeito da Lei, introduz a liberdade de consciência e a liberdade do trabalho (manual Gautier-Deschamps). Se se examinar um quadro mural composto por Ch. Dupuy em intenção das crianças das escolas, a história da França no século XIX pode interpretar-se segundo

um esquema bipolar; «Revolução de 1789: a liberdade e a igualdade estão conquistadas; Primeiro Império: a França sofre o despotismo; Restauração e monarquia de Julho: a realeza é de novo tentada; Segunda República: a liberdade é por um instante reconquistada; Segundo Império: a liberdade está ainda perdida; Terceira República: o povo é finalmente senhor dos seus destinos.» Os regimes absolutistas são afectados por um sinal –, são «piorados»; os regimes republicanos são munidos de um sinal +, são «melhorados». Afinal, a Terceira República é apresentada como «o melhor dos mundos»: «estabeleceu a França na sua categoria de grande nação; impôs o serviço militar igual para todos; criou o ensino laico, gratuito e obrigatório; restaurou as liberdades públicas — imprensa, reunião, associação; separou a Igreja do Estado; e constituiu um império colonial» (manual Gautier Deschamps). A Terceira República garantiu uma organização social harmoniosa que não poderia ser ultrapassada; a Comuna é descrita como um acesso de loucura, quase incompreensível; e a perspectiva de um regime socialista nunca é evocada.

A terceira opção é uma exaltação permanente da Mãe Pátria. Na primeira geração, de 1880 a 1898, a propaganda nacionalista é desenfreada, em proporção da humilhação sentida depois da derrota de 1870-1871. O jornal *L'École,* em Maio de 1882, recomenda as sugestões patrióticas, os relatos históricos e os cantos marciais — como o Aluno-Soldado:

Para ser um homem, é preciso saber escrever
E em pequeno, aprender a trabalhar.
Pela Pátria, uma criança deve instruir-se
E na escola aprender a trabalhar.
Soou a hora, marchemos a passo,
Jovens crianças, sejamos soldados. (bis)

Este canto é ensinado ao nível da escola maternal e do curso elementar! Num clima destes, os manuais de história seleccionam os feitos de armas que ilustram a defesa do território contra o invasor, da revolta da Gália até ao combate de Valmy. E Joana d'Arc torna-se a heroína nacional, o símbolo da resistência: «Joana d'Arc é a figura mais impressionante que alguma vez apareceu na terra. Nenhum povo tem na sua história uma Joana d'Arc» (Manual Gautier-Deschamps). Na segunda geração, de 1899 a 1914, o nacionalismo torna-se mais matizado. Com o tempo, a ferida de Sedan cicatriza. A opinião pública, que conta com as alianças que a França estabeleceu com a Rússia e a Grã-Bretanha, sente-se menos ameaçada, portanto menos agressiva. E o movimento socialista, de vocação internacionalista, começa a influenciar determinadas camadas sociais, nomeadamente os professores. A partir de então, os manuais procuram mostrar às crianças que a guerra pode ser uma provação sangrenta; que é preferível recorrer à negociação; que é bom preservar a paz. No panteão das glórias nacionais, a par dos heróis guerreiros — Rolando, Bayard ou Hoche —, aparecem heróis civis — Hugo ou Pasteur. Todavia, a guerra defensiva continua a ser legítima: «A guerra, esse flagelo, esse assassinato, tornar-se-ia todavia coisa santa se o estrangeiro, ameaçando

as nossas fronteiras, tivesse a intenção de nos tomar a independência» (manual Guiot e Mane).

A última orientação tende para justificar a colonização. Os governos oportunistas, que edificaram as instituições republicanas, também iniciaram as conquistas coloniais na Tunísia, no Tonkin, em Madagascar; e os seus sucessores, moderados ou radicais, continuaram a pôr pé no Sudão, no Daomé, no Congo, mais tarde em Marrocos. Os manuais escolares retomam os argumentos oficiais para explicarem as operações militares. Eis um exemplo em que a vontade de simplificar cai no ridículo: «Em 1881, Jules Ferry decidiu castigar os Kroumirs, povoação turbulenta que invadia sem cessar a nossa Argélia. Ao persegui-los os nossos soldados foram levados a ocupar a Tunísia... que ficou para nós» *(sic)* (manual Brossolette). No espírito dos dirigentes da Terceira República, a constituição de um Império colonial permite encontrar uma compensação para a perda da Alsácia-Lorena e dar à França uma categoria de grande potência, a par da Grã-Bretanha e da Alemanha. Contudo, não está ausente a perspectiva de tirar partido dos produtos exóticos — fosfatos da Tunísia, amendoins do Senegal, madeira do Gabão, borracha da Indochina, etc. Os manuais escolares confirmam o móbil da exploração económica: «Jules Ferry quis que a França tivesse belas colónias que aumentariam a sua riqueza comercial» (manual Gautier-Dechamps). O empreendimento colonial está sempre coberto com o véu de uma missão civilizadora: «Os povos indígenas são mal civilizados, e por vezes perfeitamente selvagens» (manual Lemmonier-Shrader-Dubois). Os Franceses, detentores da cultura, vêm arrancar os primitivos à barbárie. Os livros de história e de geografia mostram educadores instalando escolas, médicos organizando hospitais, administradores suprimindo costumes desumanos. Uma imagem-chave representa Savorgnan de Brazza em vias de libertar os escravos no Congo. Em definitivo, a boa consciência é total a respeito do facto colonial: «A França quer que os pequenos árabes sejam tão bem instruídos como os pequenos Franceses. Isto prova que a França é boa e generosa para os povos que submeteu» (manual Lavisse, p.166).

5. A objectividade em história

Foi erradamente que se classificou e ainda se classifica a escola histórica, que se impõe em França entre 1880 e 1930, de corrente «positivista». Com efeito, a autêntica história positivista foi definida por L. Bourdeau em *A História e os Historiadores; ensaio crítico sobre a história considerada como ciência positiva,* publicada em 1888. Como bom discípulo de A. Comte, L. Bourdeau coloca-se num plano filosófico. A história, na sua opinião, é «a ciência dos desenvolvimentos da razão»; tem por objecto «a universalidade dos factos que a razão dirige ou de que sofre a influência». A história, tomando o modelo na sociologia, deve estudar o movimento da população, a organização do parentesco, a forma do *habitat,* o modo de alimentação; mais geralmente, todas as actividades humanas, em todas as suas dimensões. Em contrapartida, esta disciplina pode desprezar os aconteci-

mentos singulares e os personagens ilustres: «é preciso que os aristocratas da glória se apaguem cada vez mais perante a importância das multidões... Ocupemo-nos das massas» (este género de concepção, que visa a «totalidade», que recusa «o acontecimento», não desagradaria à escola dos «*Annales*». Fiel ao pensamento de A. Comte, L. Bourdeau fixa à história científica o objectivo de «investigar as leis que presidem ao desenvolvimento da espécie humana». Estas leis podem ser classificadas em três grupos: *1)* as leis de ordem, que mostram a semelhança das coisas; *2)* as leis de relação que fazem com que «as mesmas originem os mesmos efeitos»; *3)* a lei suprema, que regula o curso da história. Em suma, trata-se de uma filosofia da história firmemente determinista, pretendendo ao mesmo tempo reconstituir o passado e prever o futuro.

Ora, o programa de L. Bourdeau situa-se no oposto do projecto comum a G. Monod, E. Lavisse, Ch.-V. Langlois, Ch. Seignobos e amigos. No manifesto que inaugura *A Revista Histórica* em 1876, G. Monod emprega bem a fórmula «ciência positiva», mas num sentido muito afastado da doutrina comtista: «A nossa Revista será uma recolha de ciência positiva e de livre discussão; todavia, não abandonará o domínio dos factos e permanecerá fechada às teorias políticas e filosóficas». Por altura da publicação da obra de L. Bourdeau, G. Monod parece muito reticente a seu respeito; afirma então: «A história nunca será se não uma ciência descritiva que opera sobre elementos sempre fugitivos, em mutação e em devir perpétuos. Quando muito, poder-se-ia compará-lo à meteorologia» (*RH*, 1888, n.º 3, p. 385). Todavia, alguns anos depois, quando se inicia um debate sobre o papel das ciências sociais nas novas universidades, G. Monod revê o seu juízo sobre L. Bourdeau: «Os livros deste autor não têm toda a fama que merecem... A sua obra chegará quando se convencerem em França, como se está já convencido nos Estados Unidos, de que a ciência social é não apenas a base sólida da história, mas a parte essencial da história. Espantam-se que a França seja o país onde as visões geniais de A. Comte sobre a sociologia tenham até aqui dado menos frutos» (*RH*, 1986, n.º 2, p. 92). G. Monod mostra-se conciliador porque está preocupado em ligar a história às outras ciências humanas ao nível do ensino superior. Não é seguido pelos seus próximos. Ch.-V. Langlois e Ch. Seignobos recusam qualquer referência à «filosofia positiva» e defendem um empirismo rigoroso na sua *Introdução aos estudos históricos*, em 1898.

Na realidade, os adeptos da escola metódica não tiraram a inspiração do francês Auguste Comte, mas do alemão Leopold Von Ranke. A seguir à guerra, 1870-1871, vários jovens historiadores franceses — G. Monod, E. Lavisse, C. Jullian, Ch. Seignobos e outros — foram completar a sua formação em centros de investigação e de ensino além-Reno. Pensaram que a vitória da Alemanha se explicava pela perfeita organização das suas instituições militares, civis, intelectuais; que convinha observar e depois imitar estas realizações exemplares para assegurar a reparação da França. Foi assim que se impregnaram das obras dos eruditos alemães, dos Mommsen, Sybel, Treischke, Waitz, Delbruc, etc.; e que foram buscar o modelo aos programas, aos métodos e às estruturas das universidades alemãs. Em 1896, Camille Jullian admite o valor do sistema germânico ao mesmo tempo que contesta uma pretensa inferioridade francesa: «A Alemanha vence-a pela solidariedade e a coesão...; faltar-nos-á sempre esse espírito de disciplina que têm lá... contudo,

a história na Alemanha esboroa-se e esmigalha-se...; não é já superior à história em França». Assiste-se a um fenómeno curioso em matéria de difusão das ideias. A escola francesa tira da escola alemã uma doutrina cientista que funda uma prática histórica, sem ousar assinalar as suas origens, nem por vezes enunciar os seus princípios, por um reflexo de «pudor nacionalista».

É portanto necessário voltar à fonte. Em meados do século XIX, as teses de L. Von Ranke puseram em causa as filosofias da história, de bom grado «especulativas», «subjectivas» e «moralizadoras»; e avançaram fórmulas «científicas», «objectivas» (ou «positivas») que influenciaram duas ou três gerações de historiadores ao princípio na Alemanha, em seguida em França. Os postulados teóricos de Von Ranke encadeiam-se da maneira seguinte: *1.ª regra:* incumbe ao historiador não «julgar o passado nem instruir os seus contemporâneos mas simplesmente dar conta do que realmente se passou»; *2.ª regra:* não há nenhuma interdependência entre o sujeito conhecedor — o historiador — e o objecto do conhecimento — o facto histórico. Por hipótese, o historiador escapa a qualquer condicionamento social, o que lhe permite ser imparcial na percepção dos acontecimentos; *3.ª regra:* A história — o conjunto das *res gestae* — existe em si, objectivamente; tem mesmo uma dada forma, uma estrutura definida, que é directamente acessível ao conhecimento; *4.ª regra:* a relação cognitiva é conforme a um modelo mecanicista. O historiador regista o facto histórico, de maneira passiva, como o espelho reflecte a imagem de um objecto, como o aparelho fotográfico fixa o aspecto de uma cena ou de uma paisagem; *5.ª regra:* a tarefa do historiador consiste em reunir um número suficiente de dados, assente em documentos seguros; a partir destes factos, por si só, o registo histórico organiza-se e deixa-se interpretar. Qualquer reflexão teórica é inútil, mesmo prejudicial, porque introduz um elemento de especulação. Segundo Von Ranke, a ciência positiva pode atingir a objectividade e conhecer a verdade da história.

A escola metódica, aplicando à letra o programa de Von Ranke, faz verdadeiramente progredir a historiografia em França. Todavia, ao observar a sua obra, tem-se uma sensação de mal-estar. Porque a contradição é evidente entre os princípios declarados e as realizações efectivas. Em 1876, G. Monod proclama a sua neutralidade: «O ponto de vista estritamente científico em que nos colocamos bastará para dar à nossa recolha a unidade de tom e de carácter... Não professaremos qualquer credo dogmático; não nos alistaremos sob as ordens de nenhum partido...» Em 1898, Ch.-V. Langlois e Ch. Seignobos afastam qualquer especulação «sobre a causa primeira e as causas finais», qualquer reflexão sobre a natureza das sociedades; e acham, com uma certa ingenuidade, que «a história será constituída... quando todos os documentos tiverem sido descobertos, purificados e postos em ordem». Ora, ao mesmo tempo, *A Revista Histórica* toma posição a favor dos governos oportunistas; procura querelas com a Igreja católica, monárquica e ultramontana; defende a escola laica, gratuita e obrigatória. E. Lavisse, através da sua monumental *História de França,* cria o mito de um Estado-Nação, que toma forma entre o tempo dos Gauleses e o tempo dos Merovíngios, consolida-se graças às medidas administrativas e às conquistas militares dos Capetos e culmina numa constituição ideal: a República democrática, moderada e centralizadora. Os manuais escolares, sobretudo, directamente inspirados

pelos notáveis universitários, não hesitam em fazer o elogio da Terceira República, para alargar ao futuro a sua clientela eleitoral, portanto reforçar a sua base social; excitam permanentemente o sentimento patriótico, celebrando o culto dos heróis nacionais a fim de preparar a nova geração para a vingança contra o inimigo hereditário, o Bárbaro germânico; e justificam, a coberto de uma missão civilizadora, a expansão colonial da França. Nestas condições, a ciência histórica, que pretende a imparcialidade, a objectividade, revela-se um discurso ideológico que serve os interesses de um regime político ou manifesta as aspirações de uma comunidade nacional.

38 Assentando em fundamentos pouco estáveis e acomodando-se com graves contradições, a escola metódica não tardou a ser atacada de todo o lado. A partir dos anos 1920, em *A Revista de Síntese,* depois, durante os anos 1930, nos *«Annales»,* L. Febvre, M. Bloch e os amigos atacam os herdeiros de E. Lavisse, ch. Seignobos, L. Halphen, Ph. Sagnac e outros que ocupam então funções importantes nas universidades. O grupo dos *«Annales»* dirige à história tradicional — dita «historizante» — quatro críticas principais: *1)* A história historizante só dá atenção aos documentos escritos, aos testemunhos voluntários, (decretos, cartas, relatórios, etc.), ao passo que os documentos não escritos, ou testemunhos involuntários (vestígios arqueológicos, séries estatísticas, etc.) informam igualmente sobre as actividades humanas. *2)* A história historizante acentua o acontecimento, o facto singular, verificado num tempo curto (por exemplo, o combate de Fontenoy), ao passo que é mais interessante apreender a vida das sociedades, a qual se desvenda por factos vulgares, repetidos, que se desenrolam num tempo longo (por exemplo, a cultura do trigo). *3)* A história historizante privilegia os factos políticos, diplomáticos e militares (como o assassinato de Henrique IV, a paz de Westfália ou a batalha de Austerlitz) e despreza, erradamente, os factos económicos, sociais e culturais (como a inovação do moinho de vento, os direitos senhoriais ou a religiosidade jansenista). *4)* A história historizante, «a dos vencidos de 1870», tem «prudências, vacilantes»: receia empenhar-se num debate, arrisca raramente uma interpretação, renuncia previamente a qualquer síntese. Todavia, a escola dos *«Annales»* não coloca a questão da objectividade em história; não nota a discordância, a incompatibilidade entre o voto da neutralidade científica e o preconceito político dos historiadores da escola metódica.

39 O pensamento «relativista» — ou «presentista» — que se exprime nomeadamente na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos nos anos 1930 a 1940, faz uma crítica mais radical da historiografia «positivista» ao contestar os pressupostos teóricos de Von Ranke. Ch. Beard considera que a pretensão cientista traduz uma opção ideológica: «Que é feito desse historismo que permitia ao historiador imaginar que se pode conhecer a história tal como se desenrolou realmente? Essa filosofia — porque esta corrente é uma filosofia, mesmo se negava a filosofia — sofreu um fracasso» (*The American Historical Review,* 1937, vol. LXIII, n.º 3, p. 81). A tendência relativista considera inteiramente falsa a teoria positivista do conhecimento segundo a qual o sujeito reflecte apenas a imagem do objecto; faz valer que, no seu trabalho, o historiador nunca tem uma posição passiva, contemplativa, mas sempre uma atitude activa, construtiva. Ch. Oman afirma: «A história não é uma questão puramente objectiva; é a maneira como o historiador com-

preende e põe em relação uma série de acontecimentos» (*On the Writing of History,* 1939, p. 7). R. G. Collingwood também crê que o historiador opera uma selecção deliberada na massa dos factos históricos; e que é levado, necessariamente, a descrever o passado em função do presente: «O pensamento histórico é uma actividade da imaginação... Tende-se para reconstituir o passado em relação ao presente... Em matéria de história, nenhuma aquisição é definitiva. Um testemunho, válido num dado momento, deixa de o ser assim que se modificam os métodos e assim que mudam as competências dos historiadores» (*A Ideia de História,* 1946, pp. 247-248). C. Becker leva ao limite a lógica do presentismo: «Cada século reinterpreta o passado de maneira a que este sirva os seus próprios fins... O passado é um género de painel sobre o qual cada geração projecta a sua própria visão do futuro; e, enquanto a esperança viver no coração dos homens, as 'histórias novas' suceder-se-ão» (*Everyman his own Historian,* 1935, pp. 167-170). Este relativismo leva a duvidar da possibilidade de fundar uma ciência da história.

O materialismo histórico não dá razão ao «positivismo» seguro de atingir a objectividade, e o «presentismo», preocupado em mostrar o papel da subjectividade. A partir de 1846, nos manuscritos de *A Ideologia Alemã,* K. Marx interrogou-se sobre o processo do conhecimento; a este respeito, pôs em evidência dois mecanismos fundamentais. Por um lado, o indivíduo que toma consciência é socialmente determinado: «São os homens que são os produtores das suas representações, das suas ideias... mas os homens reais, actuantes, tal como são condicionados por um desenvolvimento determinado das suas forças produtivas e das relações que lhes correspondem». Por outro, o conhecimento é uma actividade não abstracta mas concreta; está ligado a uma *praxis:* «O principal defeito até aqui de todos os filósofos... é que, para eles, a realidade e o mundo sensível só são compreendidos sob a forma de objecto ou de intuição mas não enquanto actividade humana concreta, não enquanto prática» («Teses sobre Feuerbach»). Consequentemente, o sujeito conhecedor não poderia ser espontaneamente imparcial dado que pertence a um grupo profissional, a uma classe social, a uma comunidade nacional cujas opiniões, consciente ou inconscientemente pode exprimir e cujos interesses pode defender. O que explica, por exemplo, que as posições ideológicas dos historiadores da história metódica reflictam, confirmem, defendam as orientações políticas dos meios burgueses, republicanos e liberais. Diferentemente dos presentistas, que se contentam com uma reconstituição do passado subjectiva e temporária, os marxistas esperam atingir uma compreensão, científica e objectiva, da evolução das sociedades humanas, tendo em conta as determinações sociais do conhecimento, utilizando os conceitos do materialismo histórico... e colocando-se «sob o ponto de vista de classe do proletariado».

DOCUMENTO

G. Monod: Os princípios da «Revista Histórica»

Pretendemos permanecer independentes de qualquer opinião política e religiosa, e a lista dos homens eminentes que quiseram conceder o seu patrocínio à *Revista* prova que julgam este programa realizável. Estão longe de professar

todos as mesmas doutrinas em política e em religião, mas pensam connosco que a história pode ser estudada em si mesma, e sem se preocupar com as conclusões que podem ser tiradas a favor ou contra esta ou aquela crença. Sem dúvida as opiniões particulares influenciam sempre numa determinada medida a maneira como se estuda, como se vê e como se julgam os factos ou os homens. Mas devemos esforçar-nos por afastar estas causas de prevenção e de erro para só julgarmos os acontecimentos e os personagens em si mesmos. Admitiremos aliás opiniões e apreciações divergentes, com a condição de que sejam apoiadas em provas seriamente discutidas e em factos, e que não sejam simples afirmações. A nossa *Revista* será uma colectânea de ciência positiva e de livre discussão, mas encerrar-se-á no domínio dos factos e permanecerá fechada às teorias políticas ou filosóficas.

Portanto não teremos nenhuma bandeira; não professaremos nenhum credo dogmático; não nos alistaremos sob as ordens de nenhum partido; o que não quer dizer que a nossa *Revista* seja uma «Babel» onde todas as opiniões virão manifestar-se. O ponto de vista estritamente científico onde nos colocamos bastará para dar à nossa colectânea a unidade de tom e de carácter. Todos aqueles que se colocam neste ponto de vista têm em relação ao passado um mesmo sentimento: uma simpatia respeitosa, mas independente. O historiador não pode com efeito compreender o passado sem uma certa simpatia, sem esquecer os seus próprios sentimentos, as suas próprias ideias para se apropriar por um instante dos homens de outrora, sem se pôr no seu lugar, sem julgar os factos no meio onde se produziram. Aborda ao mesmo tempo esse passado com um sentimento de respeito, porque sente melhor do que ninguém os mil laços que nos ligam aos antepassados; sabe que a nossa vida é formada pela sua, as nossas virtudes e os nossos vícios das suas boas e das suas más acções, que somos solidários de umas e das outras. Há algo de filial no respeito com que ele procura penetrar na sua alma; considera-se como o depositário das tradições do seu povo e das da humanidade.

Ao mesmo tempo, o historiador conserva todavia a perfeita independência do seu espírito e em nada abandona os seus direitos de crítico e de juiz. As tradições antigas dos elementos mais diversos, são o fruto de uma sucessão de períodos diferentes, mesmo de revoluções, que, cada uma no seu tempo e por sua vez, tiveram todas a sua legitimidade e utilidade relativas. O historiador não é o defensor de umas contra as outras; não pretende suprimir umas da memória dos homens para dar às outras um lugar imerecido. Esforça-se por discernir as suas causas, definir o seu carácter, determinar os seus resultados no desenvolvimento geral da história. Não põe um processo à monarquia em nome da feudalidade, nem a 89 em nome da monarquia. Mostra os laços necessários que ligam a Revolução ao Antigo Regime, o Antigo Regime à Idade Média, a Idade Média à Antiguidade, notando sem dúvida os erros cometidos e que é bom conhecer para evitar o seu regresso, mas lembrando-se sempre de que o seu papel consiste antes de tudo em compreender e em explicar, não em louvar ou em condecorar...

...A nossa época, mais do que qualquer outra, é própria para este estudo imparcial e simpático do passado. As revoluções que abalaram e perturbaram o mundo moderno fizeram dissipar-se nas almas os respeitos supersticiosos e as venerações cegas, mas fizeram compreender ao mesmo tempo tudo o que um

povo perde de força e de vitalidade quando rompe violentamente com o passado. No que respeita especialmente à França, os acontecimentos dolorosos que criaram na nossa Pátria partidos hostis ligando-se cada um a uma tradição histórica especial, e aqueles que mais recentemente mutilaram a unidade nacional lentamente criada pelos séculos, criam-nos o dever de despertar na alma da nação a consciência de si mesma pelo conhecimento aprofundado da sua história. É apenas por isso que todos podem compreender o laço lógico que liga todos os períodos do desenvolvimento do nosso país e mesmo todas as suas revoluções; é por isso que todos se sentirão os rebentos do mesmo solo, os filhos da mesma raça, não renegando nenhuma parte da herança paterna, todos filhos da velha França, e ao mesmo tempo todos cidadãos pela mesma razão da França moderna.

É assim que a história, *sem se propor outro fim e outro objectivo a não ser o lucro que se tira da verdade,* trabalha de uma maneira secreta e segura para a grandeza da Pátria ao mesmo tempo que para o progresso do género humano.

A Revista Histórica, n.º 258, Abril-Junho de 1976, pp. 322-324 (extractos) (Retomada do texto original do «Manifesto», de 1876: G. Monod, «Do progresso dos estudos históricos em França».)